



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE OURINHOS - 0030

[1501 a 2000 processos]

Aos 22 dias do mês de março de 2018, a Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho **SUSANA GRACIELA SANTISO**, Vice-Corregedora Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 1/2018, divulgado em 19/12/2017 no DEJT (Edição 2377/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 4). Presentes o Juiz Titular MARCELO SIQUEIRA DE OLIVEIRA e a Juíza Substituta Auxiliar Fixa MARIANGELA FONSECA. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correccionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Jacqueline Aparecida Campos Lopes e Norton Luiz Bechtluft
Jurisdição Atendida:	CAMPOS NOVOS PAULISTA, CANITAR, CHAVANTES, OURINHOS, SAO PEDRO DO TURVO, SALTO GRANDE, RIBEIRAO DO SUL, IBIRAREMA
Lei de Criação:	6.563/78
Data de Instalação:	28/04/1979
Data de Instalação do PJE:	21/05/2014
Data da Última Correição:	06/04/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	11 %
Acervo PJe/Acervo Total:	89 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
MARCELO SIQUEIRA DE OLIVEIRA	04/04/2016

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
19/07/2017 a 17/08/2017	FERIAS
22/01/2018 a 20/02/2018	FERIAS

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ANGELO PEREIRA	28/04/1997

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/04/2017 a 15/02/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
CRISTIANE BARBOSA KUNZ	22/01/2018 a 23/01/2018
CRISTIANE BARBOSA KUNZ	05/02/2018 a 06/02/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
MARIANGELA FONSECA	07/01/2017 a 16/05/2017
MARIANGELA FONSECA	17/05/2017 a 19/12/2017
MARIANGELA FONSECA	08/01/2018 a 07/03/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
13/03/2017 a 25/06/2017	LICENÇA MÉDICA INDEFERIDA
13/03/2017 a 25/06/2017	LICENÇA A GESTANTE
13/03/2017 a 25/06/2017	LICENÇA MÉDICA INDEFERIDA
13/03/2017 a 25/06/2017	LICENÇA A GESTANTE
13/03/2017 a 10/07/2017	LICENÇA A GESTANTE
13/03/2017 a 10/07/2017	LICENÇA A GESTANTE
11/07/2017 a 08/09/2017	PRORROGAÇÃO LICENÇA GESTANTE
11/09/2017 a 10/10/2017	FERIAS
22/02/2018 a 07/03/2018	FERIAS

NOME	PERÍODO
RENATO CLEMENTE PEREIRA	08/02/2017 a 18/06/2017
RENATO CLEMENTE PEREIRA	19/07/2017 a 10/10/2017
RENATO CLEMENTE PEREIRA	11/10/2017 a 19/10/2017

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANGELO PEREIRA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	28/04/1997
BETINA MARIA CHIARADIA CAMACHO	AJA	FC-04 CALCULISTA	05/04/2010
CRISTIANO DE MELLO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	30/04/2015
FATIMA NOBUCO MAEBARA BUENO	AJ-OJA	-	16/11/1993
FERNANDA MARA DE FREITAS	TJA	-	22/02/2012
LOURDES DE SOUZA	AJ-OJA	-	11/05/2009
MARISA AVANZZI	REQ	FC-02 ASSISTENTE	19/01/1993
RENATA GOULART DORETTO	REQ	FC-02 ASSISTENTE	12/01/1998
ROSANA GODOI PASCHOAL	AJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	18/08/2012
ROSANGELA MACEDO CAPATTO	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	23/05/1990
SANTIAGO ANGULO JAIME	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	02/08/1993
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			8
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			3



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [04/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	4
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	61
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	2
TOTAL	67



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
ERIKA SUZUKI	MUNICÍPIO DE OURINHOS	03/03/2017
TAMYRIS CARVALHO	MUNICÍPIO DE OURINHOS	03/03/2017
YGOR CARVALHO VIEIRA MACHADO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/10/2017



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
MARCELO SIQUEIRA DE OLIVEIRA	74
MARIANGELA FONSECA	31
RENATO CLEMENTE PEREIRA	15

SERVIDORES	HORAS
CRISTIANO DE MELLO	120
FERNANDA MARA DE FREITAS	90



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [04/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	277	827	---
	Aguardando encerramento da instrução	361	664	---
	Aguardando prolação de sentença	73	122	---
	Aguardando cumprimento de acordo	444	326	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	887	1.257	---
	Pendentes de finalização	2.042	3.196	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	381	355	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	92	237	---
	Pendentes de finalização	473	591	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	913	859	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	72	63	---
	Pendentes de finalização	997	924	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	1	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	5	15	---
TOTAL		3.517	4.727	---

CORREIÇÃO ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	403	803	---
	Aguardando encerramento da instrução	421	734	---
	Aguardando prolação de sentença	116	122	---
	Aguardando cumprimento de acordo	379	265	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	2.182	3.019	---
	Pendentes de finalização	2.245	3.091	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	420	426	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	294	334	---
	Pendentes de finalização	563	606	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	929	833	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	621	478	---
	Pendentes de finalização	1.021	930	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	45	54	---
TOTAL		3.874	4.682	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [04/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	104	87	32
Exceções de Incompetência	18	15	6
Antecipações de Tutela	136	129	4
Impugnações à Sentença de Liquidação	25	5	23
Embargos à Execução	86	50	59
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	4	4	2
TOTAIS	373	290	126

CORREIÇÃO ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	136	141	18
Exceções de Incompetência	25	42	3
Antecipações de Tutela	117	120	4
Impugnações à Sentença de Liquidação	8	7	8
Embargos à Execução	49	38	31
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	7	11	2
TOTAIS	342	359	66



6 - RECURSOS [04/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	393	379	74
Recurso Adesivo	36	34	11
Agravo de petição	35	20	20
Agravo de Instrumento	24	16	6
TOTAIS	488	449	111

CORREIÇÃO ANTERIOR

6 - RECURSOS [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	355	430	19
Recurso Adesivo	31	26	7
Agravo de petição	47	50	12
Agravo de Instrumento	47	34	10
TOTAIS	480	540	48



7 - PRAZOS MÉDIOS [04/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	321	108	192	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.084	259	341	---
Total / Média	1.405	224	312	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	317	116	194	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.000	272	359	---
Total / Média	1.317	234	326	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	114	16	26	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	549	31	35	---
Total / Média	663	28	34	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	98	230	219	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	270	274	254	---
Total / Média	368	262	248	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	545	1.429	1.309	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	40	1.243	827	---
Total / Média	585	1.417	1.251	---

*Do início até a extinção da execução



CORREIÇÃO ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	409	115	185	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.199	248	350	---
Total / Média	1.608	214	313	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	411	133	190	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.106	274	349	---
Total / Média	1.517	236	312	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	154	69	29	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	517	77	41	---
Total / Média	671	75	39	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	108	198	206	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	286	217	239	---
Total / Média	394	212	233	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	1.381	1.930	1.783	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	33	1.607	915	---
Total / Média	1.414	1.922	1.687	---

*Do início até a extinção da execução

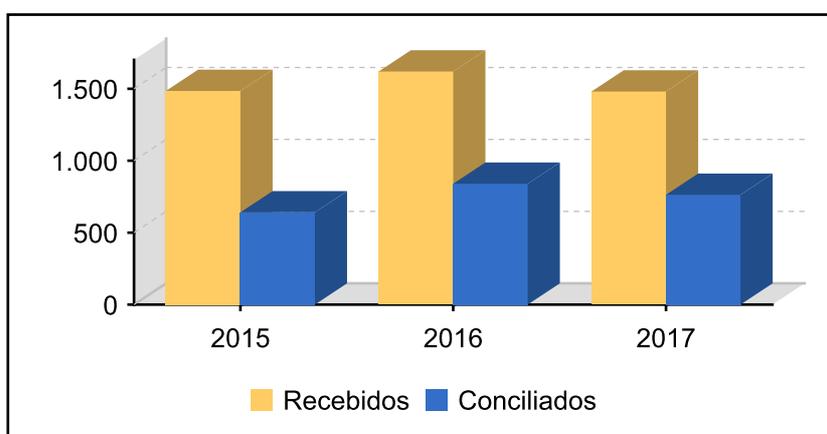


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

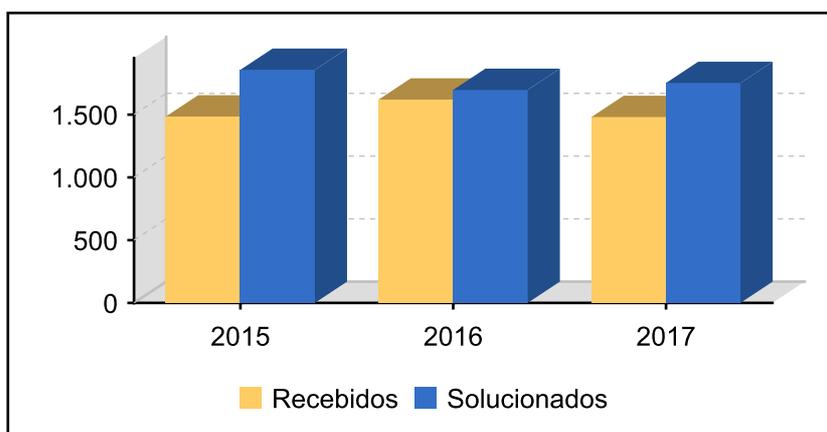
8.1 - Índice de conciliações [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	1.485	641	43,16
2016	1.620	840	51,85
2017	1.481	763	51,52



8.2 - Índice de soluções [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.485	1.857	125,05
2016	1.620	1.697	104,75
2017	1.481	1.752	118,30



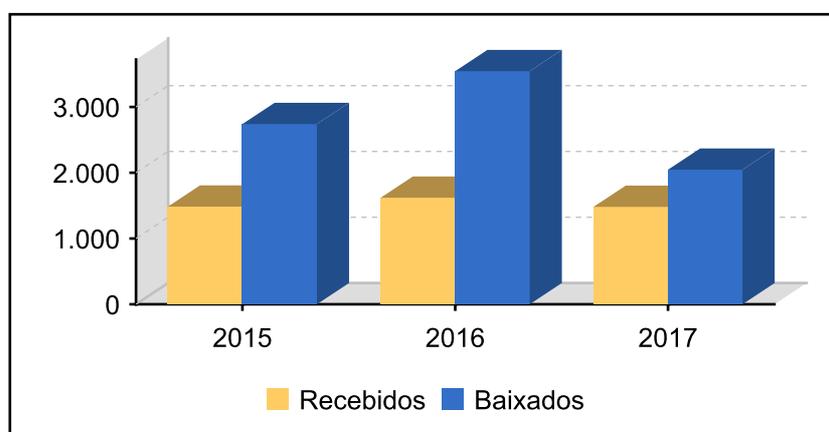


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

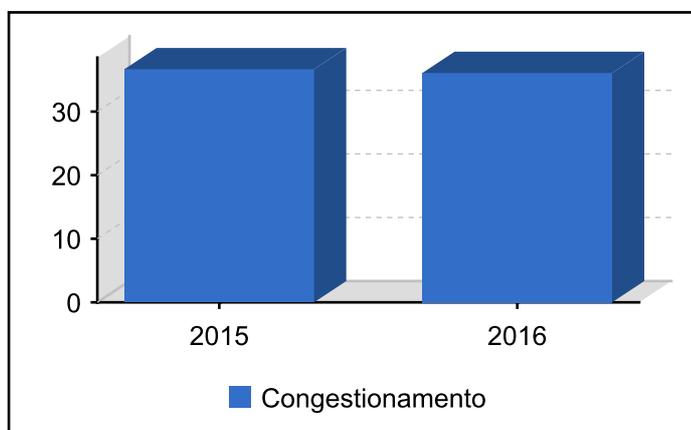
8.3 - Índice de baixas [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	1.485	2.740	184,51
2016	1.620	3.544	218,77
2017	1.481	2.046	138,15



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.447	1.485	1.857	36,66
2016	1.035	1.620	1.697	36,08

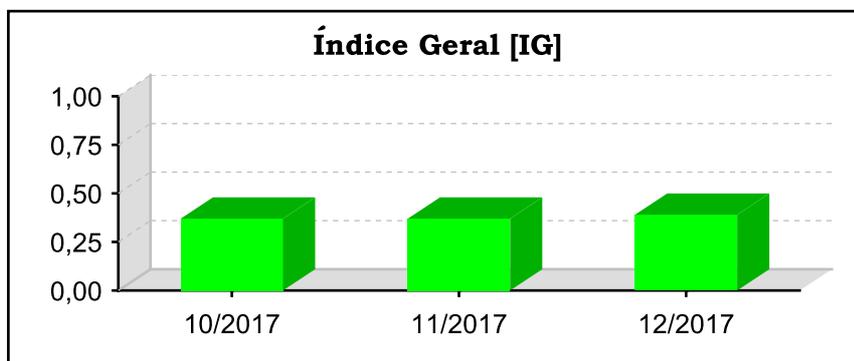
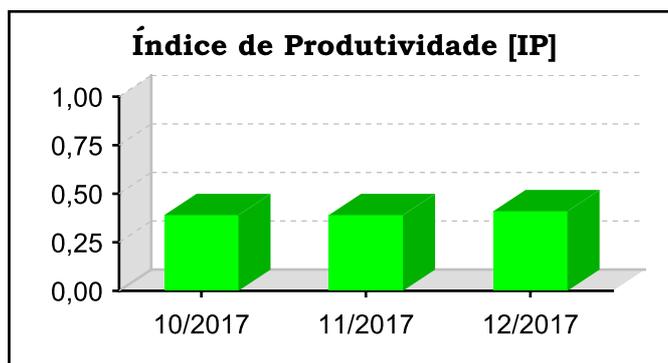
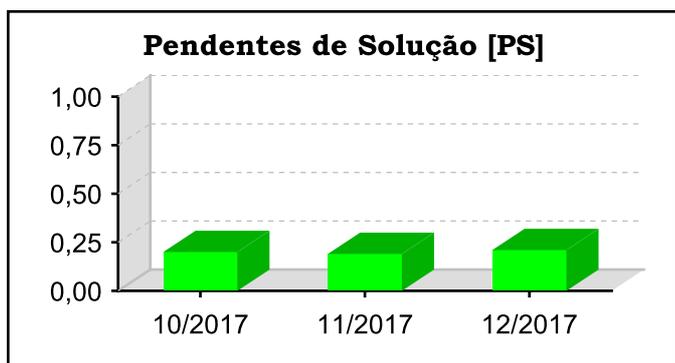
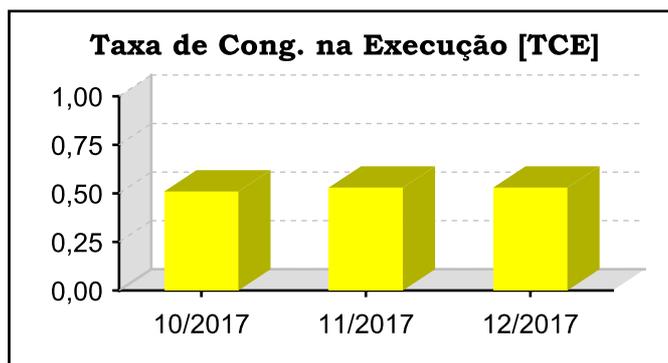
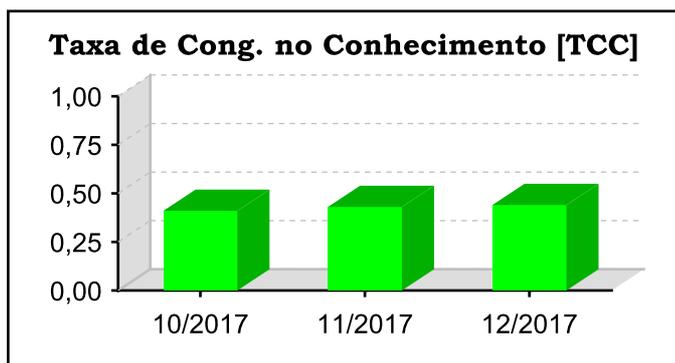




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	PS	IP	IG
10/2017	0,41	0,51	0,20	0,39	0,37
11/2017	0,43	0,53	0,19	0,39	0,37
12/2017	0,44	0,53	0,21	0,41	0,39





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	763	63,6	22,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	744	62,0	21,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.507	125,6	43,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	245	20,4	7,1
Incidentes Processuais Resolvidos	433	36,1	12,5
Dias-Juiz	1.036	86,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	24.461	63,7	38,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	32.070	83,5	50,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	56.531	147,2	89,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	8.018	20,9	12,7
Incidentes Processuais Resolvidos	19.652	51,2	31,1
Dias-Juiz	18.944	49,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

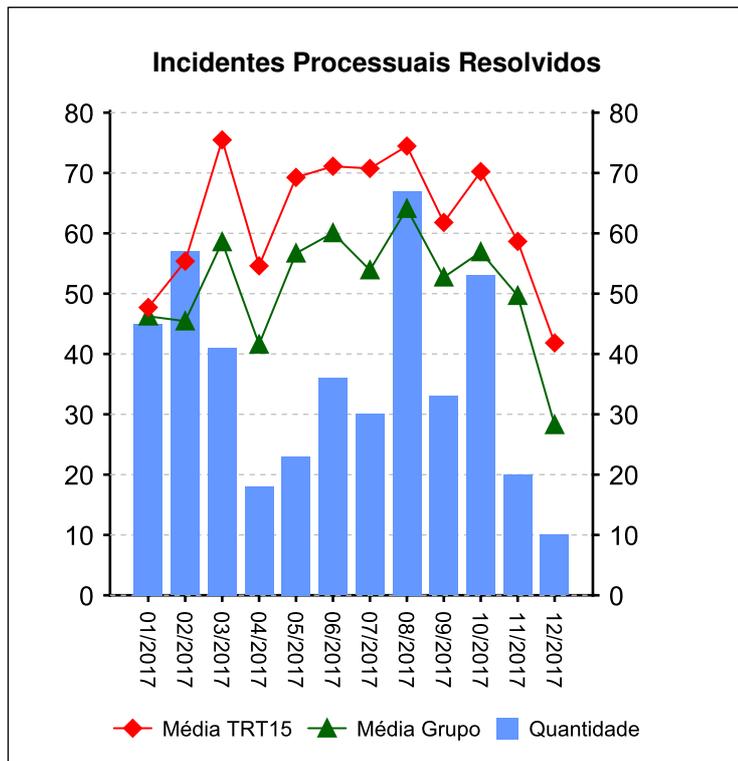
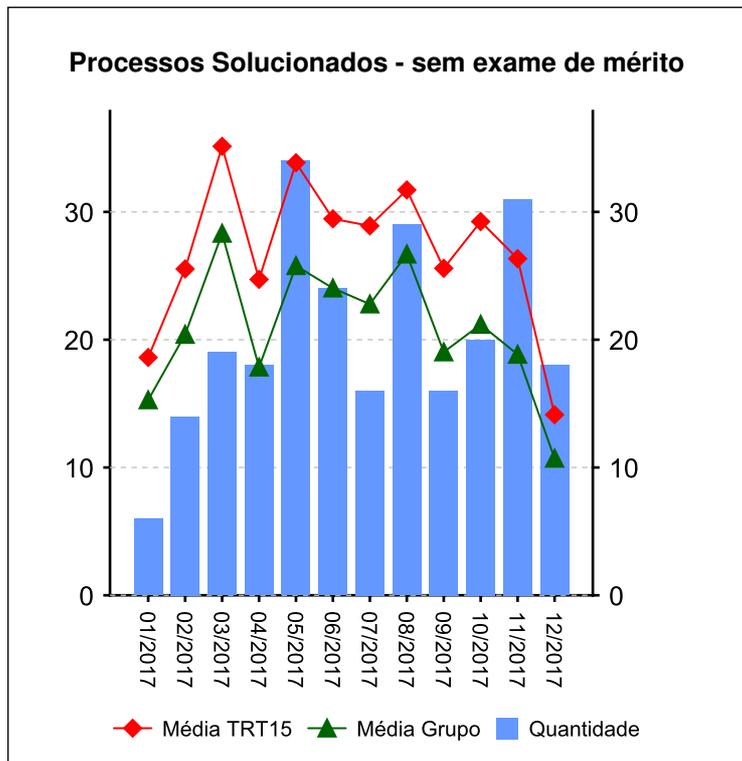
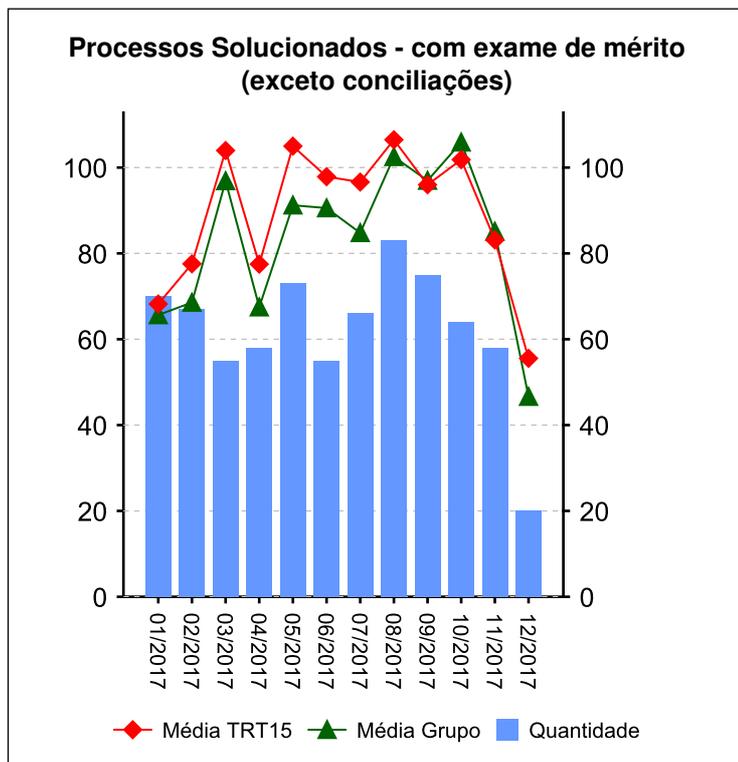
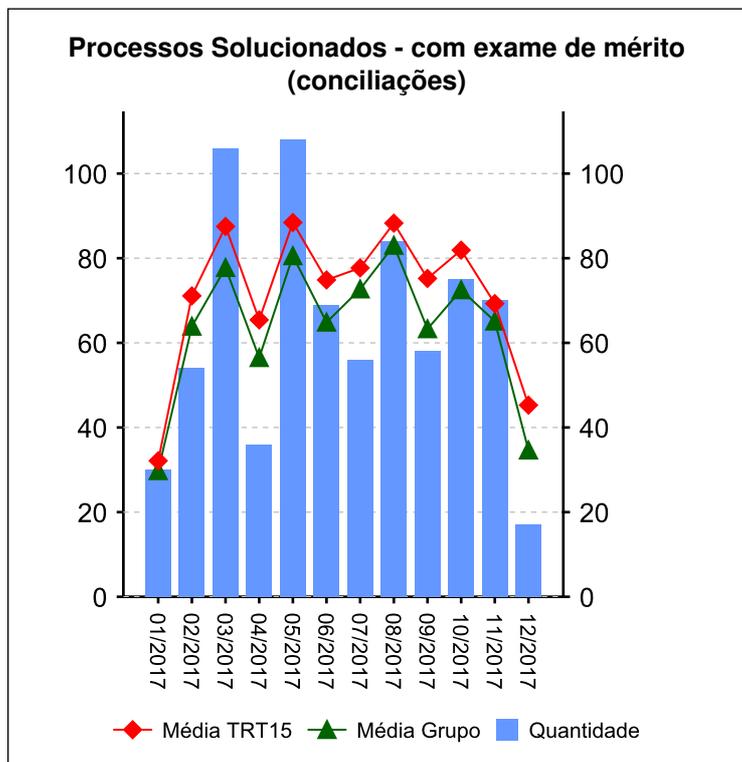
Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	131.137	71,4	44,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	163.612	89,1	56,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	294.749	160,5	101,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.411	26,9	16,9
Incidentes Processuais Resolvidos	114.947	62,6	39,4
Dias-Juiz	87.586	47,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	96	8,0	2,8
Sessões de audiência realizadas - instrução	357	29,8	10,3
Sessões de audiência realizadas - una	1.398	116,5	40,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	108	9,0	3,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	105	8,8	3,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.755	146,3	50,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	213	17,8	6,2
Dias-Juiz	1.036	86,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	18.944	49,3	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	87.586	47,7	---

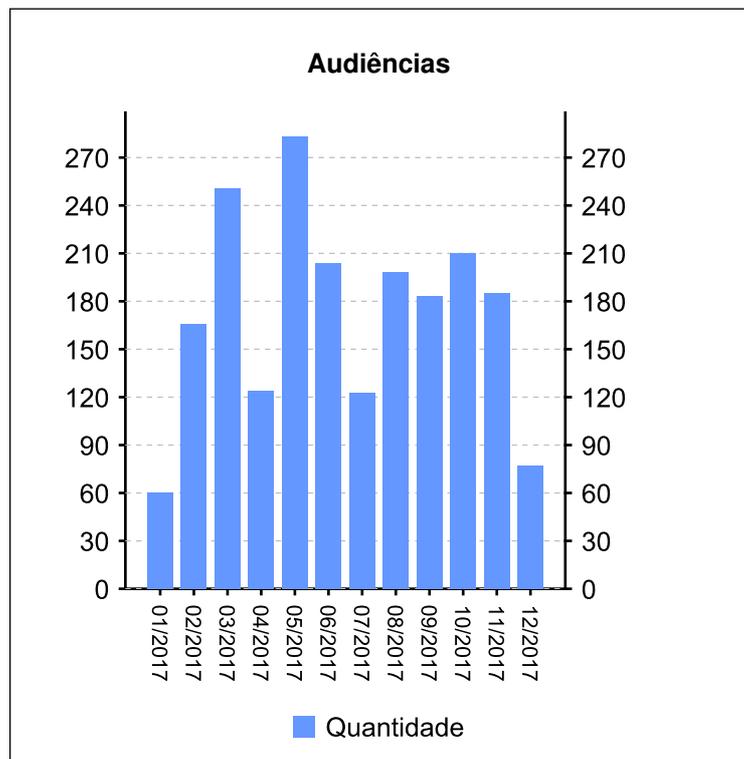


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

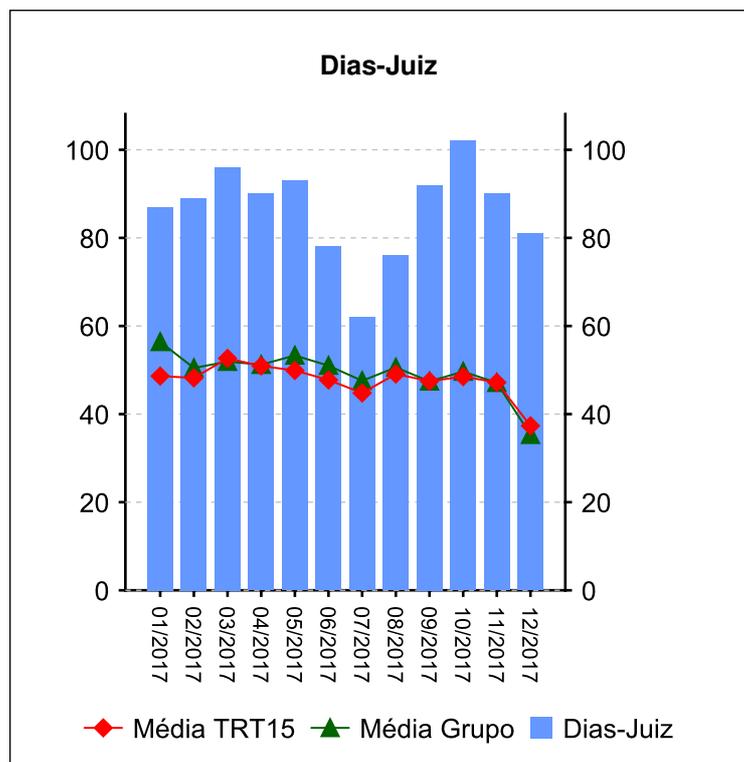
[01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
01/2017	3	4	0	8	45	60
02/2017	4	0	11	28	123	166
03/2017	25	10	16	52	148	251
04/2017	8	5	17	16	78	124
05/2017	9	7	27	46	194	283
06/2017	12	12	17	33	130	204
07/2017	16	7	1	24	75	123
08/2017	8	6	0	37	147	198
09/2017	1	45	0	34	103	183
10/2017	7	1	0	49	153	210
11/2017	13	7	2	17	146	185
12/2017	2	1	5	13	56	77
Total	108	105	96	357	1398	2064



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
01/2017	87
02/2017	89
03/2017	96
04/2017	90
05/2017	93
06/2017	78
07/2017	62
08/2017	76
09/2017	92
10/2017	102
11/2017	90
12/2017	81
Média Mensal	86,3



CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	844	70,3	34,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	621	51,8	25,1
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.465	122,1	59,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	241	20,1	9,7
Incidentes Processuais Resolvidos	384	32,0	15,5
Dias-Juiz	743	61,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	24.483	63,8	42,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	25.166	65,5	43,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	49.649	129,3	85,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	8.565	22,3	14,8
Incidentes Processuais Resolvidos	17.244	44,9	29,7
Dias-Juiz	17.403	45,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.314	70,4	46,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	138.489	75,4	49,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	267.803	145,9	95,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.457	27,5	18,0
Incidentes Processuais Resolvidos	98.032	53,4	34,9
Dias-Juiz	84.260	45,9	---

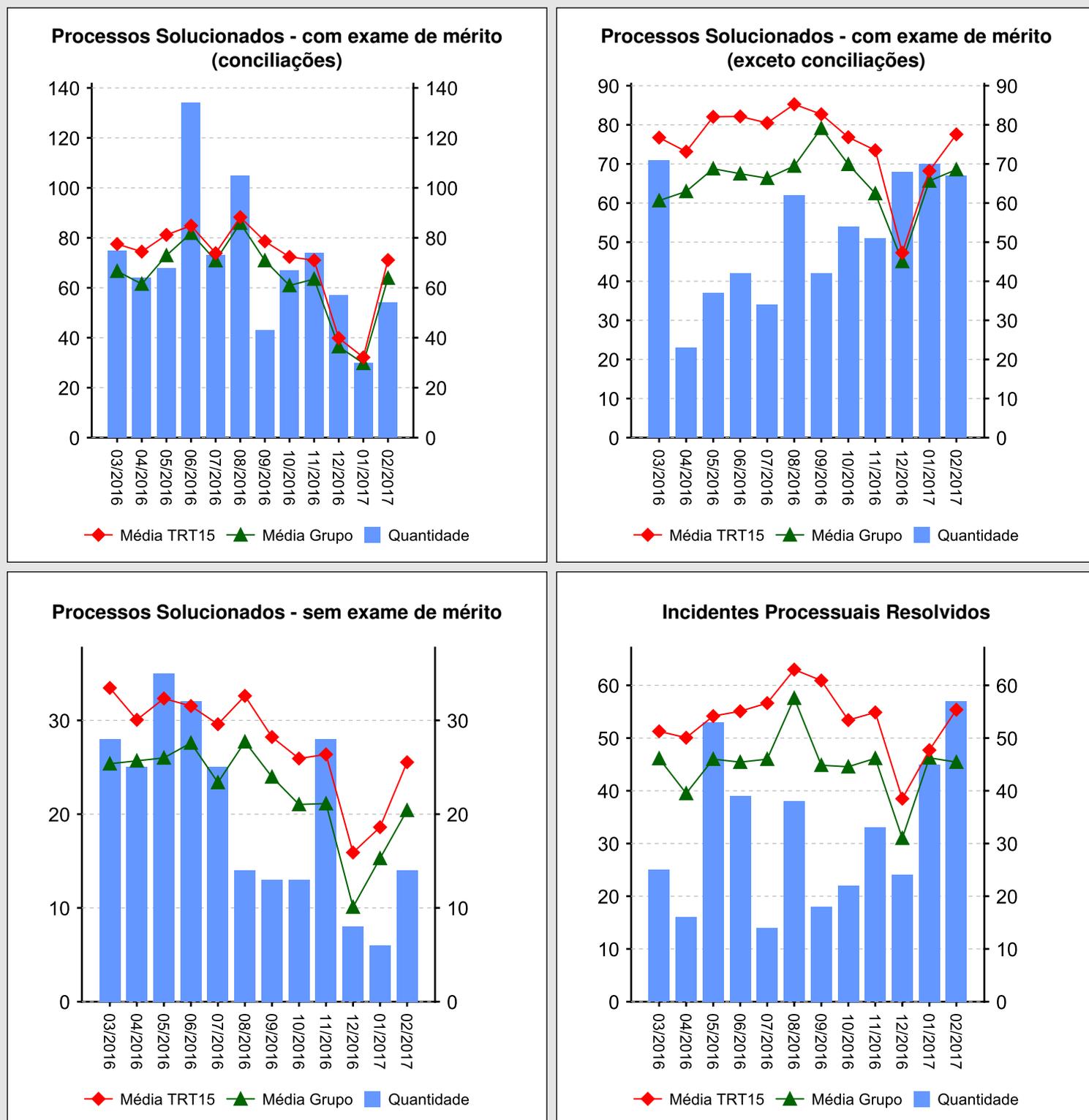
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	121	10,1	4,9
Sessões de audiência realizadas - instrução	281	23,4	11,3
Sessões de audiência realizadas - una	1.622	135,2	65,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	129	10,8	5,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	157	13,1	6,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.903	158,6	76,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	286	23,8	11,5
Dias-Juiz	743	61,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	17.403	45,3	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	84.260	45,9	---



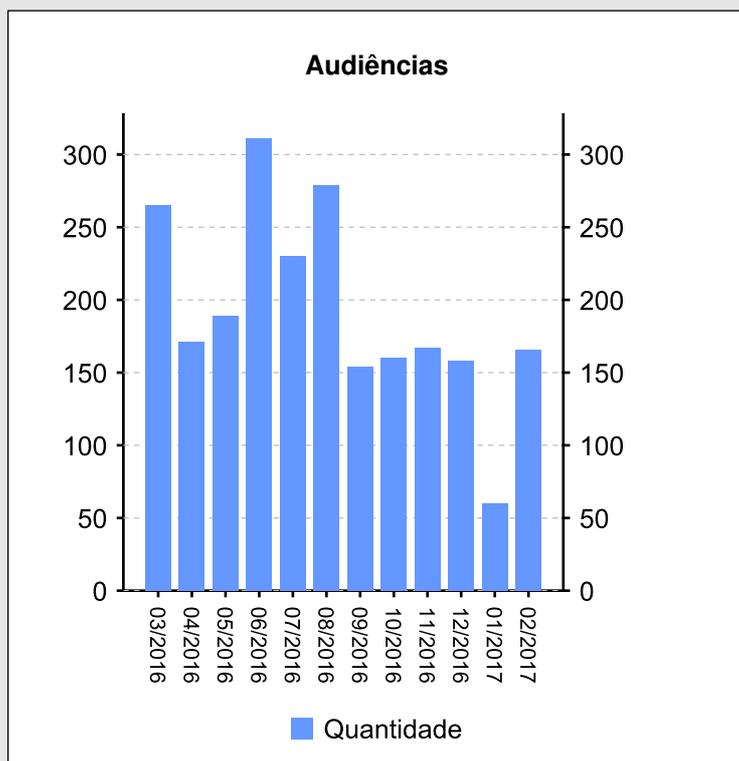
CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

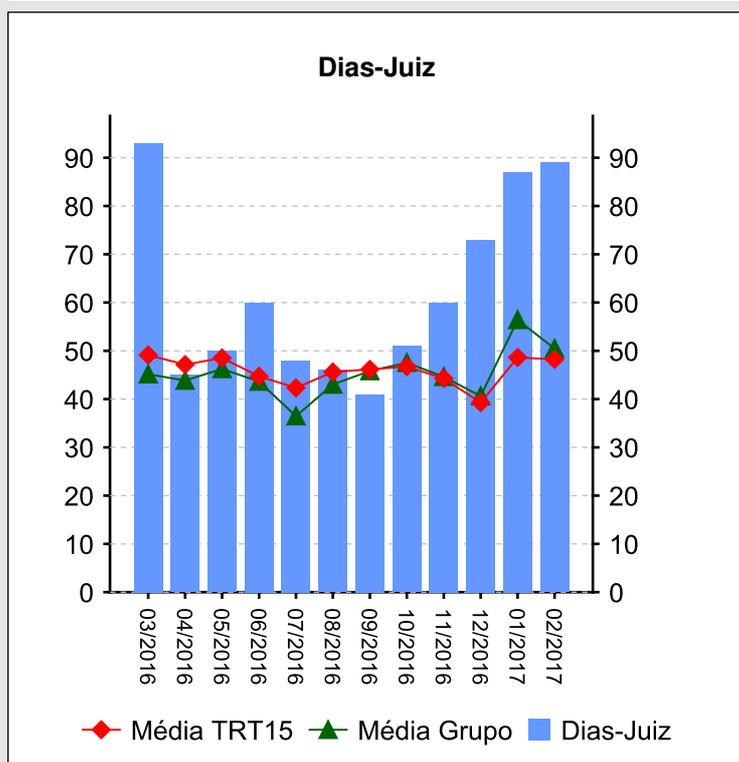
[03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
03/2016	5	18	2	53	187	265
04/2016	5	6	1	32	127	171
05/2016	3	0	0	31	155	189
06/2016	32	28	0	27	224	311
07/2016	8	23	1	18	180	230
08/2016	16	24	3	28	208	279
09/2016	13	27	0	11	103	154
10/2016	8	19	0	23	110	160
11/2016	16	4	1	22	124	167
12/2016	16	4	102	0	36	158
01/2017	3	4	0	8	45	60
02/2017	4	0	11	28	123	166
Total	129	157	121	281	1622	2310



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
03/2016	93
04/2016	45
05/2016	50
06/2016	60
07/2016	48
08/2016	46
09/2016	41
10/2016	51
11/2016	60
12/2016	73
01/2017	87
02/2017	89
Média Mensal	61,9

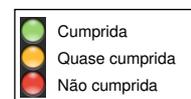
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

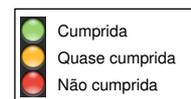
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
1481	1752	1333	0	123	146	100 % 



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

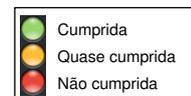
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1485	1337	1410	0	146	29	20 % 	100 % 



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
755	859	680	0	63	72	100 % 





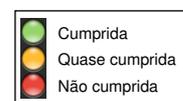
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

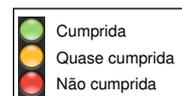
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
13	12	0.74	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
235	241	226	93 %





12 - ARRECAÇÃO [04/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 58.690,29	R\$ 146.190,29	R\$ 0,00	R\$ 1.139.921,66



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2011	1
2012	1
2013	3
2014	3
2015	16
2016	108
2017	579



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
1.574	9	1	10	2

Fonte: Portaria GP nº 39/2017

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 39/2017, de 26/06/2017, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 09 servidores (mais 2 Oficiais de Justiça) está abaixo dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Foi informado pelo gestor que na Unidade também atuam os assistentes de Juiz: Antônia Patricia Alves Belleze (assistente do Juiz Titular) e Karina Kalil da Fonseca (assistente da Juíza Substituta Auxiliar Fixa).

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 07/03/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	05/02/2018	Data de corte:	05/02/2018
Saldo:	212	Saldo:	05
Data do mais antigo:	06/11/2017	Data do mais antigo:	31/08/2017
		Total:	217

15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO –



MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,39, o qual teve a variação de um ponto percentual para cima desde a correição anterior.

Esse índice já demonstra o empenho dos gestores na condução dos processos judiciais e dos processos de trabalho. Além disso, como registrado no item anterior, não há saldo expressivo de processos sem tramitação há mais de 30 dias. Por tais motivos são consignados elogios.

15.3 – MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS

(fonte: informação da Unidade em 07/03/2018)

A) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

Não há.

B) Diligências pendentes de cumprimento/prazo vencido (SAP1G):

Não há.

C) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJ-e):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Fátima Nobuco Maebara Bueno	85	07/08/2017
TOTAL:	85	07/08/2017

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais



haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0011452-16.2016.5.15.0030, 0010304-67.2016.5.15.0030 e 0010218-33.2015.5.15.0030;

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0010430-88.2014.5.15.0030, 0011355-50.2015.5.15.0030 e 0011267-12.2015.5.15.0030;

16.3 – não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, além disso, a Unidade não adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 08/03/2018, verificou-se a existência de 679 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0011035-97.2015.5.15.003, 0010066-82.2015.5.15.0030 e 0000000874-96.2013.5.15.0030);

16.5 – há audiências designadas em cinco dias da semana quando atuantes os dois Magistrados;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 105 no período de 01/2017 a 12/2017;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:



A Unidade apresenta índice de 0,21 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de Ourinhos apresenta 21% do maior saldo de processos pendentes.

Observa-se que o cálculo de dias-juiz no item 10.2 desta Ata teve seu resultado distorcido, por problema técnico que já foi encaminhado ao setor responsável (chamado nº 6.869/2017 – pendente). Assim, a disponibilidade média de magistrados indicada no supracitado item (86,3) não reflete a realidade, e a média real de dias-juiz é de 55,9, conforme quadro abaixo:

Mês/ano	Qtde
01/2017	56
02/2017	61
03/2017	65
04/2017	60
05/2017	62
06/2017	48
07/2017	31
08/2017	45
09/2017	62
10/2017	71
11/2017	60
12/2017	50
Média mensal	55,9

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 34,1 processos solucionados por meio de conciliações, inferior à média de referido grupo (RARIA 38,7). Além disso, excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 33,3,



inferior à média do grupo, de 50,8 (RARIA). Apesar da média de processos solucionados com exame de mérito estar abaixo do grupo, o índice de pendentes de solução é relativamente baixo. De toda forma, necessário manter os esforços para solucionar maior quantidade de processos e reduzir ainda mais os prazos médios.

Nesse sentido, destaca-se também não ter sido cumprida no último ano apenas a Meta 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 4% o prazo médio do conhecimento, com 93% de cumprimento) – conforme item 11.

18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 07/03/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	-	-	-
INICIAIS/ Sum:	-	-	-
UNAS/ Ord:	03/05/2018	-	57
UNAS/Sum:	03/05/2018	-	57
INSTRUÇÕES/Ord:	24/04/2018	-	48
INSTRUÇÕES/Sum:	24/04/2018	-	48
CONCILIAÇÃO:	26/04/2018	-	50
MEDIAÇÃO:	-	-	-

Observação 1: Foi informado pela Unidade que a pauta não é automatizada. Também é utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta. Processos cuja instrução dependa de prova pericial são excluídos de pauta, havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

Observação 2: As datas acima informadas correspondem a pauta do Juiz Titular; as audiências da Juíza Auxiliar estão marcadas para datas dentro do mês de abril /2018.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO



DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						0
	tarde						0
terça	manhã						0
	tarde	5		3			8
quarta	manhã	6		1			7
	tarde	5		3			8
quinta	manhã	6		1			7
	tarde						0
sexta	manhã						0
	tarde						0

18.1.2 – JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	5		5			10
	tarde	6		2			8
terça	manhã						0
	tarde						0
quarta	manhã						0
	tarde						0
quinta	manhã						0
	tarde						0
sexta	manhã	5		2			7
	tarde	6		2			8

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que a mediação é adotada pela Juíza Auxiliar Fixa, para isso se valendo de sua assistente. As mediações são feitas de forma prévia ao pregão das audiências, embora no próprio dia que designadas. Enquanto ocorrem as mediações, a Magistrada permanece na Unidade, supervisionando os trabalhos, inclusive redigindo as atas. Não há regularidade pré-definida para sua realização. São incluídos processos preferencialmente na fase de



conhecimento.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

18.3 – ANÁLISE:

A Unidade realizou proporcionalmente à disponibilidade média de magistrados (RARIA) média de 78,5 audiências unas e de instrução, maior que o resultado verificado na última correição, quando a média foi de RARIA 76,8 (item 10.2).

Além disso, o prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 224 dias, menor que o de seu grupo (312 dias), mas em comparação com o verificado na última correição, esse prazo médio apresentou pequena elevação – de 214 para 224 dias – embora comparativamente tenha havido redução do lapso temporal entre a designação e a realização de audiências – atualmente em 48 para as instruções e 57 para unas, o que poderá refletir, futuramente, em nova redução dos prazos como se espera.

Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo para o encerramento da instrução é de 108 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 341 dias.

Paralelamente, como indicado no item 4, no período observado o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 361, quantidade significativamente menor que a média de seu grupo (664), demonstrando ainda tendência de diminuição desde a última correição (quando o saldo era de 734 processos aguardando encerramento de instrução).

Determina-se, outrossim, que se estude a viabilidade de implementar a adoção das boas práticas abaixo descritas, já utilizadas em outras unidades deste Tribunal, como São Sebastião e Itapira, com objetivo de otimizar as pautas e conferir maior celeridade à tramitação dos feitos, especialmente na fase de conhecimento.

A prática consiste em designar audiência de “Mediação/INI”, para a qual as partes são intimadas, sendo a ré para que apresente a defesa, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia, nos casos de processos que necessitam de prova pericial. Busca-se a solução



consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, caso as partes insistam na necessidade de produção de prova oral.

A Corregedoria sugere que todos os feitos que aguardam encerramento da instrução – ainda que se aguarde a realização de prova pericial, por exemplo – sejam incluídos em pauta, nada obstante, eventual entendimento do Juízo de que não é necessária a audiência para a produção de provas. Tal procedimento permite que o quadro de audiências instrutórias reflita a real situação da Unidade e, conseqüentemente, a tomada de medidas adequadas pelo Juízo.

19 – CONSTATAÇÕES:

Preliminarmente, esclareceram que a Servidora Lais Maria Baccili Carrere Chierentin, que pertence ao quadro de Servidores da Secretaria da Unidade está temporariamente lotada no gabinete da Exma. Juíza Substituta no Auxílio Fixo da Unidade, atuando como Assistente, em substituição à Servidora Karina Kalil da Fonseca, em licença maternidade.

A Unidade conta com atuação de cinco estagiários da área de direito, sendo dois contratados pelo Centro de Integração Empresa Escola – CIEE e três por convênio com o Município de Ourinhos, entre eles Beatriz Nunes Reis (CIEE) e Mirella Fernandes Atanazio (Município), que não constaram da relação do item 3.2 desta ata.

Foram orientados a dar especial atenção aos Processos da Meta 2 do CNJ, corrigindo inconsistências, dando movimentação prioritária, principalmente nos processos que necessitam de entrega de laudo pelos peritos, disponibilizando vagas mais próximas na pauta da audiência e acompanhando o cumprimento de cartas precatórias.

As cartas precatórias inquiritórias, principalmente quando se tratar de processos de prioridade, devem ter audiência de instrução com datas mais próxima, devendo o Diretor de Secretaria, em sendo Unidade deste Tribunal, entrar contato com o gestor da Vara deprecada quando houver demora para o cumprimento. Não atendida a solicitação, ou se tratando de Vara do Trabalho de outro Tribunal, a Corregedoria deverá ser informada para as providências cabíveis.

Segundo dados o e-gestão, a Vara do Trabalho de Ourinhos possuía em 31/1/2018, 2 processos do ano de 2011 pendentes de solução, 1 de 2012, 41 de 2014 e 148 de 2015, sendo que o processo 0000324-46.2011 já foi julgado, mas encontra-se sem o



devido lançamento de solução e os processos 0001628-90.2011 e 0001295-07.2012 já se encontram conclusos para prolação de sentença.

Ressaltou-se a necessidade do correto lançamento dos valores decorrentes de acordos, pagamentos espontâneo e de execução, bem como de incidentes processuais e recursos, demonstrando ainda haver inconsistências.

Houve na Unidade o recebimento de três processos de Acordo Extrajudicial, o mais antigo não homologado por se tratar de acidente de trabalho onde foi alegada a culpa recíproca, os demais se encontram um com audiência designada e o outro na triagem inicial.

Ressaltou, a Exma. Desembargadora Vice-Corregedora, a necessidade envidar esforços para melhoria dos prazos médios, ainda que a Unidade apresente prazo médio inferior ao do seu grupo ou ao do Tribunal, visando melhores resultados para o Tribunal, tratando-se de medida institucional. Destacou a necessidade de darem prioridade às ações em rito sumaríssimo, deixando vagas mais próximas para as audiências com o intuito de ser cumprido o prazo legal para solução dos processos nesse rito e do acompanhamento dos processos pelos relatórios de gestão disponíveis, a fim de otimizar os trabalhos da Secretaria e corrigir eventuais inconsistências.

Após a apresentação dos principais índices da Unidade, em comparação aos resultados da Correição anterior (2017), foi realizada reunião com o trio gerencial.

19.1 – Reunião com o Trio Gerencial

Preliminarmente foi demonstrada a extração de relatórios gerenciais do e-gestão para levantamento de processos sem solução, recursos e incidentes processuais, destacando as inconsistências relativas a processos sem lançamento da primeira audiência desde 2015, impactando no prazo médio da Unidade. Determinou-se a correção das inconsistências.

Observou-se que há recursos e incidentes que foram cadastradas em duplicidade pelos advogados, ou com denominação equivocada, dificultando o lançamento dos resultados e do juízo de admissibilidade pela Unidade, bem como elevado número de petições inespecíficas (peticionamento em pdf, manifestação, etc.). Sugeriu-se reunião com os advogados que atuam no Fórum objetivando o saneamento das ocorrências, que dificultam a gestão (petições inespecíficas) e impactam na estatística da unidade (recursos e incidentes cadastrados em duplicidade ou indevidamente)



Nas notificações e expedientes com prazo “zero”, que não sairão da tarefa “aguardando término dos prazos”, automaticamente, para a tarefa “prazos vencidos”, a Unidade deverá proceder ao vencimento manual do prazo, cuidando, ainda de fechar o prazo em aberto (aba “expedientes”). Ressaltou-se que a versão 1.16 do Pje exige a colocação de prazos válidos, resolvendo o problema do lançamento indevido.

Nos processos que dependem de prova pericial, a perícia é designada em audiência. O perito informa às partes a data da perícia, por e-mail. Com a vinda do laudo aos autos, é dada vista às partes para manifestação no prazo comum de 10 dias e liberados os honorários periciais. Havendo necessidade da produção de outras provas, a audiência fica adiada “sine die”. O perito toma ciência da nomeação pelo painel do usuário do Pje. Informaram, com referência à recomendação de utilização das agendas dos peritos, que a Unidade pretende manter o procedimento atual.

Sugeriu-se, a critério dos Magistrados, que as partes e o perito se comuniquem por e-mail, sendo o laudo pericial anexado ao Pje já com impugnações das partes e esclarecimentos do perito e que, havendo arbitramento de honorários prévios, estes sejam depositados diretamente na conta do perito.

Verificou-se a existência de processos na subcaixa “razões finais”, com prazo vencido ou com petições de razões finais não apreciadas, o que demonstra que a Unidade não está gerenciado corretamente a tarefa. Destacou, a equipe de Correição, a proibição de se manter represados na subcaixa “razões finais” ou qualquer outra, processos aptos para julgamento. Deverá o Diretor de Secretaria providenciar o imediato lançamento da ocorrência “PAN”, no SAP1G ou encaminhar o processo para a tarefa “minutar sentença” no PJe, atentando para que esse equívoco não mais se repita, sob pena de responsabilização, na forma da Portaria GP-CR N° 89/2015.

Informaram que há processos com travamento para remessa ao 2º Grau, mas sem solução pelo setor responsável no Tribunal. A questão será levada ao setor competente para regularização com a urgência que merece.

Constatou-se a existência de processos com recurso, mas que foi iniciada a liquidação. Orientou-se para maior cuidado no lançamento, a fim de se evitar o aumento injustificado do prazo médio da liquidação.

Orientou-se para que nos processos com embargos à execução ou impugnação à sentença de liquidação sobre cálculos decorrentes de perícia contábil, seja o processo remetido ao perito para retificação ou ratificação dos cálculos antes da apreciação e julgamento pelo Juízo.



Foram orientados para a utilização da “ferramenta de captura”, para anexação de documentos no Pje, como por exemplo, protocolos do Bacenjud, Renajud, Infojud e Arisp.

Verificou-se que a Unidade utiliza filtros e alertas para identificação de questões urgentes.

Sugeriu-se, a critério dos Magistrados, a adoção a alienação por iniciativa particular prevista no Art. 880 do CPC, regulamentada neste Tribunal pelo Provimento GP-CR 04/2014, com as alterações do Provimento GP-CR 01/2017, sem necessidade dos bens serem levados antes à hasta pública, utilizando cadastro de corretores disponível no sistema EXE15.

A Unidade não utiliza as ferramentas SERASA e SIMBA. Foram orientados para a utilização de todas as ferramentas disponíveis para pesquisa de bens e pessoas. Sugeriu-se, ainda a utilização do Portal JUD (Vivo) e PROTESTO.

A Unidade não adota a notificação por meio eletrônico. Reforçou-se os efeitos positivos que podem delas decorrer – especialmente em caso de reclamadas mais frequentes e ou que estejam estabelecidas em endereços não atendidos pelos Correios, sugerindo-se que se insista no contato pelo Diretor de Secretaria, Oficiais de Justiça ou até mesmo pelos Juizes junto aos departamentos jurídicos e aos advogados das empresas com esse perfil para consentimento do recebimento das notificações por e-mail.

Informaram que atuam em teletrabalho formalizado, de forma parcial, as servidoras Fernanda Mara de Freitas, duas vezes por semana, e Betina Maria Chiaradia Camacho parcialmente, algumas horas por dia, além das Assistentes de Juiz (titulares).

No que diz respeito aos atrasos da Oficiala de Justiça Fátima Nobuco Maebara Bueno, informaram que a servidora faz um trabalho minucioso de pesquisas com bons resultados, o que acaba gerando atrasos. Esclareceu, o Diretor de Secretaria, que a Oficiala de Justiça já foi cobrada pelos atrasos e que tem se empenhado na devolução com mais rapidez, assim como tem recebido ajuda da outra Oficiala e dos servidores do Grupo Interno de Execuções, no que é possível, não tendo mais em atraso o número e a data dos mais antigos informados no item 15.3, C desta Ata. Determinou-se seja apresentado, pelo Diretor de Secretaria, plano de ação para cumprimento e devolução dos mandados em atraso, no prazo de 30 trinta dias, levando em consideração a possibilidade de redistribuição dos mandados com prazo vencido com a devida compensação.

O Exmo. Juiz Titular Marcelo Siqueira de Oliveira determina nas sentenças condenatórias de acidente de trabalho o envio de cópia da decisão por meio de ofício eletrônico à Procuradoria Geral Federal (psfcps.regressivas@agu.gov.br), com cópia para o TST (regressivas@tst.jus.br), conforme disposto na Recomendação Conjunta nº 2/2011,



como exemplo, o processo 0010549-78.2016, enquanto a Exma. Juíza Substituta Dra. Mariângela Fonseca determina o envio do arquivo eletrônico para a Procuradoria da Fazenda Nacional, no endereço regressivas@agu.gov.br, a exemplo do processo 0017600-87.2009 e nas sentenças condenatórias de adicional de insalubridade, nos termos da Recomendação Conjunta GP.CGJT N° 3/2013, o envio de cópia da presente sentença para o endereço eletrônico: sentencas.dsst@mte.gov.br, com cópia para insalubridade@tst.jus.br, a exemplo o Processo 0011020-94.2016.

20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – observar o seguinte normativo: Recomendação CR n° 06/2017 (procedimento para pagamento do débito nas ações trabalhistas, com destaque para o parcelamento);

20.2 – atribuir aos assistentes de juiz a responsabilidade pela confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, devendo a ordem judicial nelas contidas ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dê imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR n° 07/2012;

20.3 – incluir em pauta todos os feitos que aguardam o encerramento da instrução processual, nada obstante, eventual entendimento posterior do Juízo de não ser necessária a audiência para a produção de provas, com o objetivo de tornar aferível a real situação da Unidade e, conseqüentemente, a tomada de medidas adequadas pelos MM. Juízes;

21 - DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP n° 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP n° 670/2013 e



Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

21.3 – diligenciar pelo devido cadastro dos Requisitórios de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;

21.4 – seguir priorizando a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

21.5 – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que em 2017, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a Meta 5, JT (reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016), com 93% de cumprimento;

21.6 – observar o Ofício Circular nº 06/2017-CR (Convênio “Portal JUD” da VIVO);

21.7 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

21.8 – tramitar nos processos a ocorrência “PAN” ou encaminhá-los para a tarefa “minutar sentença”, conforme Portaria GP-CR Nº 89/2015, após encerrada a instrução processual, independentemente da designação de audiência de julgamento;

21.9 – utilizar regularmente as ferramentas SERASA e SIMBA (quando verificada utilidade), além das ferramentas já adotadas, pelo exaurimento das iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos;

21.10 – observar o disposto no artigo 1º da Ordem de Serviço CR nº 10/2017, que diz: “1º Todas as diligências decorrentes do previsto no art. 3º, §4º do Provimento GP-VPJ-CR nº 05/2012, bem como os mandados recebidos de outras unidades da 15ª Região originários em processos físicos devem ser cadastrados apenas no sistema Diligência15”;

21.12 – analisar, em 30 (trinta) dias, todos os mandados ainda pendentes de cumprimento, destacando eventuais atrasos injustificáveis e enviar plano de ação para eliminação desse Acervo (mediante Pedido Complementar no PROAD – PP Nº 1265/2017), conforme a flexibilização de prazos prevista no Provimento GP CR 05/2015.

22 – PROCESSOS ANALISADOS:



Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 02/03/2018 e 08/03/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0001726-57.2012.5.15.0030	Processo físico no prazo para Razões finais vencido em 22/02/2018, dentro da variável 61 – processos aguardando o encerramento da instrução.	Tramitar o feito.
2	0000405-21.2011.5.15.0030	Processo físico na ocorrência RCT desde 19/07/2017, dentro da variável 342 – pendentes de finalização da fase de conhecimento. Conforme despacho exarado em 22/04/2015, a sentença proferida já transitou em julgado em 10/12/2014. Não foi lançada a ocorrência TRA nem teve início a fase de liquidação.	Sanear a inconsistência, com o lançamento da ocorrência TRA – Trânsito em Julgado e dar prosseguimento ao feito – com observância das regras para CLE.
3	0000214-68.2014.5.15.0030 0000215-53.2014.5.15.0030 0000381-90.2011.5.15.0030	Processos físicos na ocorrência RMA – Remetido ao Arquivo, dentro da variável 342 – aguardando finalização da fase de conhecimento. Não houve o lançamento da ocorrência ARQ após o desarquivamento.	Regularizar os lançamentos nos processos.
4	0054800-65.2008.5.15.0030	Processo físico na ocorrência CGP – Carga com Perito desde 09/03/2017, dentro da variável 346 – pendentes de finalização da fase de liquidação. O prazo para o perito apresentar o laudo contábil findou em 04.04.2017. Não consta no sistema SAP1G a emissão de nenhuma notificação de cobrança de carga.	Entrar em contato com o perito e solicitar a urgência na entrega do laudo contábil, intensificando controle de cargas vencidas.
5	0010971-19.2017.5.15.0030 0011119-30.2017.5.15.0030 0011620-18.2016.5.15.0030 0011378-25.2017.5.15.0030 0011252-72.2017.5.15.0030 0011252-43.2015.5.15.0030 0011420-74.2017.5.15.0030 0011426-81.2017.5.15.0030 0011112-72.2016.5.15.0030 0010028-02.2017.5.15.0030 0011280-40.2017.5.15.0030 0011476-10.2017.5.15.0030 0011492-61.2017.5.15.0030 0011450-12.2017.5.15.0030 0011458-86.2017.5.15.0030 0011468-33.2017.5.15.0030 0011474-40.2017.5.15.0030 0010552-33.2016.5.15.0030 0011524-66.2017.5.15.0030 0010023-14.2016.5.15.0030 0010920-96.2017.5.15.0033 0010077-43.2017.5.15.0030	Processos eletrônicos na tarefa “Razões finais” pendentes, com prazo vencido, sem conclusão até a data da consulta.	Tramitar imediatamente os processos, encaminhando-o para a caixa de tarefa “minutar sentença”, com a escolha do respectivo Magistrado, conforme Portaria GP-CR nº 89/2015.



	0011311-60.2017.5.15.0030 0010675-31.2016.5.15.0030		
6	0010260-82.2015.5.15.0030	Processo eletrônico na tarefa "Recebimento da instância superior" pendente desde 11/01/2018, na fase de conhecimento. Verifica-se, entretanto, que o processo se encontra em fase de execução.	Determina-se a tramitação do feito e a regularização dos lançamentos para que conste na fase processual correta.
7	0011525-22.2015.5.15.0030	Processo eletrônico na tarefa "Cálculo" pendente desde 09/08/2017, na fase de liquidação.	Dar prosseguimento ao feito.
8	0001726-57.2012.5.15.0030	Processo físico no prazo para Razões Finais vencido em 22/2/2018. Embora relativamente recente, segue sem conclusão ao Magistrado, incluso na Meta 2.	Tramitar com a ocorrência "PAN" - Conclusos, conforme Portaria GP-CR nº 89/2015.
9	0000817-78.2013.5.15.0030	Processo físico arquivado definitivamente em 16/01/2018, pendente de solução, incluso na Meta 2. Verifica-se que a audiência de conciliação é de "Tentativa de conciliação em execução", incompatível com a fase de conhecimento.	Sanear e regularizar os lançamentos no

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora recebeu as Ilustríssimas Advogadas, Dra. Ana Maria da Silva Góis, OAB 113.965, Secretária da 58ª Subseção da OAB – Ourinhos e Dra. Alexandra Gil Holimann, OAB 326.107, da Comissão do Consumidor que solicitaram a retirada dos processos arquivados da Secretária para o arquivo geral do TRT.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – O MM. Juiz Titular MARCELO SIQUEIRA DE OLIVEIRA reside na jurisdição.

24.2 – A Juíza Substituta Auxiliar Fixa MARIANGELA FONSECA está autorizada a residir fora da sede da circunscrição (PA 0000600-58.2010.5.15.0897).

24.3 – A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre os resultados da Unidade e incentivo à mediação.

24.4 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretária que o edital de correção foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB



da jurisdição.

24.5 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do Diretor, com a ciência do Exmo. Juiz Titular ou seu substituto, se o caso, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 1265/2017.

25 – OFÍCIOS

Solicite-se ao Núcleo de Apoio do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho as necessárias providências para o destravamento de processos da Unidade.

Envie-se ofício à Presidência deste Tribunal dando ciência e para as providências que merecer, da solicitação das Ilustres Advogadas para retirada dos processos arquivados de Secretaria e encaminhamento ao arquivo geral do TRT, conforme item 23 desta ata.

26 – ENCERRAMENTO:

No dia 22 de março de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Norton Luiz Bechtluft, Coordenador de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.